

Garibaldi reúne líderes e crê em acordo para instalar CPI dos Cartões

Presidente do Senado manifesta expectativa de que seja preservado o entendimento com a oposição conduzido pelo líder do governo, Romero Jucá, que garante a presidência da comissão parlamentar de inquérito à senadora Marisa Serrano, do PSDB

Paulo Lima

Garibaldi: se Orçamento não for votado, Congresso receberá "enxurrada" de medidas provisórias



O presidente do Senado, Garibaldi Alves, reúne-se hoje, às 11h, com os líderes partidários para discutir, entre outros assuntos, a instalação da CPI mista que deverá investigar supostas irregularidades no uso de cartões corporativos pelo governo federal. Garibaldi disse acreditar na manutenção do entendimento que indicou Marisa Serrano para a presidência da CPI, com a destinação da relatoria para o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ). Contudo, deputados petistas querem presidir a comissão. O Congresso poderá realizar duas reuniões esta semana para examinar vetos presidenciais e votar o Orçamento. A aprovação deste último também depende de acordo entre os líderes. **Páginas 3 a 5**

Gastos começam a ser divulgados

Dados sobre ressarcimento de despesas com aluguéis e hospedagens estão no *site* do Senado. **Página 2**

Busca de acordo no Orçamento

José Maranhão admite a possibilidade de alterações parciais em documento que provocou polêmica. **Página 6**

Falta atenção à Amazônia?

Mesquita Júnior cobra ministério para cuidar da região. Raupp teme aumento dos conflitos no Norte. **Página 8**

Senadores fazem apelo à paz na América

A Organização dos Estados Americanos (OEA) deve mediar o conflito entre Equador, Colômbia e Venezuela, conforme sugestão dos senadores José Agripino, Sibá Machado e Garibaldi Alves. Também preocupado com o clima tenso na região, José Sarney recomendou ao governo brasileiro que assumira seu papel de "pilar" na defesa da paz na América do Sul.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Heráclito Fortes elogiou a "maneira equilibrada" como o Brasil agiu no episódio e disse que a paz é o "grande tesouro" do continente latino-americano. Valter Pereira e Fátima Cleide insistiram na via diplomática para solução da crise. **Página 7**



Alta tensão começou no sábado

O conflito entre Colômbia, Equador e Venezuela começou no sábado (1º), quando o Exército colombiano anunciou ter matado o número 2 das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), Raúl Reyes, e outros guerrilheiros, durante uma operação que adentrou o território equatoriano.

Reyes, codinome de Luis Edgar Devia, tinha 59 anos e era genro do fundador da guerrilha, Manuel Marulanda ("Tirofijo").

Logo após a incursão colombiana em território equatoriano, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ordenou a saída de todos os funcionários da embaixada em Bogotá. "Não queremos guerra, mas não vamos permitir que o império [Estados Unidos] e nem o seu cachorro venham a nos atacar", completou.

Ontem, o governo de Quito anunciou o rompimento de relações diplomáticas com a Colômbia e rejeitou versões de um suposto vínculo com guerrilheiros das Farc, divulgadas por Bogotá.

Recursos destinam-se a ressarcir despesas dos senadores com aluguéis de escritório e hospedagem, entre outras

Senado começa a divulgar gastos com verba indenizatória

Os gastos dos senadores com a verba indenizatória começaram a ser divulgados ontem na página do Senado na internet: www.senado.gov.br. A verba – de R\$ 15 mil mensais para cada senador – destina-se ao ressarcimento de despesas com aluguéis de escritório, hospedagens, passagens, combustíveis, pesquisas e divulgação, entre outras.

De acordo com o diretor-geral da Casa, Agaciél Maia, os procedimentos para o pagamento e a divulgação da verba indenizatória dos senadores são os mesmos da Câmara dos Deputados – que já vinha apresentando esse tipo de informação na internet. Ele lembrou que os senadores são ressarcidos após apresentarem as notas fiscais relacionadas aos respectivos gastos, ou seja, as despesas são realizadas antes do pagamento da verba.

Decisão da Mesa

Agaciél explicou, no início do mês passado, que a divulgação dos gastos começaria em fevereiro deste ano. Na ocasião, ao ser perguntado pela imprensa se haveria possibilidade de publicação das despesas ocorridas antes dessa data, ele respondeu que “não, porque houve uma decisão da Mesa diretora para que a divulgação ocorresse a partir de agora [fevereiro]”.

Questionado se a decisão de tornar públicas essas despesas teria relação com a criação da CPI

Mista dos Cartões Corporativos, Agaciél declarou: “Isso é uma decisão política e, como não sou político, não posso comentar”.

O diretor da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), Cláudio Miranda, afirmou que, “se os dados quanto a algum senador não estiverem no *site*, isso significa que ele não utilizou a verba indenizatória ou ainda não a recebeu”. Ressaltou, entretanto, que, como fevereiro acabou há pouco, as informações sobre esse mês ainda estão sendo enviadas para o *site* do Senado.

– Os senadores podem usar a verba ou não. Mas, para recebê-la, precisam lançar a informação no sistema – destacou Cláudio.

As assessorias de imprensa de Pedro Simon (PMDB-RS), Marco Maciel (DEM-PE) e Jefferson Péres (PDT-AM) informaram que os nomes dos referidos senadores não constam da lista divulgada ontem porque eles abriram mão do recebimento e utilização dos recursos da verba indenizatória.

Já a assessoria de imprensa de Edison Lobão Filho (sem partido-MA), cujo nome também não consta da lista, informou que o senador, que assumiu no final de janeiro, ainda não requisitou a verba.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que a divulgação dos dados relativos a todos os senadores é uma “questão de tempo”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

CAE discute prazo para restituição de imposto

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se para analisar 11 proposições, entre elas a que altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do Imposto de Renda Pessoa Física descontado em excesso, na fonte. Também em pauta, projeto que determina limite para a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha de pagamento.

Criação de escolas técnicas na pauta da Comissão de Educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) Na pauta de 16 itens está ainda o projeto que classifica como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino os gastos relacionados à alimentação escolar.

Representante da OMS visita subcomissão

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), recebe às 11h a visita do secretário-executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde (OMS), Haik Nikogosian.



CPI das ONGs ouve reitor, conselheiro e promotor

A CPI das ONGs ouve, a partir das 11h30, depoimento do reitor da UnB, Timothy Mulholland, sobre denúncias de irregularidades no uso de recursos.

Também serão ouvidos o presidente afastado do conselho da Finatec, Antônio Manoel Dias Henriques, e o promotor do MPDFT Gladaniel P. de Carvalho.



CMA vota retribuição a proprietário rural

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 11h30, o projeto que trata da retribuição a proprietários rurais por serviços ambientais de conservação de solo que resultem em maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas. Também está na pauta proposta que altera o Código de Defesa do Consumidor, considerando abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou boleto bancário.

Presidente e líderes

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e os líderes partidários discutem às 11h a instalação da CPI Mista dos Cartões Corporativos.

Plenário

Às 14h tem início a sessão deliberativa. A pauta está trancada por medidas provisórias e projeto de lei de conversão.

CRA debate integração

A Comissão de Agricultura (CRA) debate às 11h projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Garibaldi Alves, Alvaro Dias, Mário Couto e Mão Santa



Garibaldi Magela
Cristovam: propostas para o país devem ser debatidas no Plenário

“Senadores devem ser candidatos à Presidência”

Para o Senado “sair da paralisia”, Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs que os senadores se assumam pré-candidatos à Presidência da República. “São 81 líderes nacionais. Por que não há candidatos a presidente? Estaríamos discutindo aqui os destinos do país”, afirmou.

Ele parabenizou Arthur Virgílio (PSDB-AM) por ter anunciado sua pretensão de disputar o cargo.

– Com toda franqueza, dificilmente o senador Virgílio terminará suplantando a força de São Paulo e Minas Gerais, mas ele prestou um serviço ao Senado e ao Brasil ao se lançar candidato. Espero que leve a sério e que traga para cá a disputa e o projeto, para discussão de suas propostas.

Nomes

Cristovam lembrou que há no Senado ex-governadores, ex-prefeitos e até ex-presidentes da República. Ele citou os nomes de Paulo Paim (PT-RS), José Agripino (DEM-RN), Kátia Abreu (DEM-TO), Marco Maciel (DEM-PE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Mão Santa (PMDB-PI), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) como possíveis pré-candidatos.

Em apartes, Mão Santa sugeriu que Jarbas Vasconcelos fosse o candidato do PMDB, Paim disse que Cristovam “também é um grande candidato” e Adelmir Santana (DEM-DF) parabenizou a candidatura de Cristovam na última eleição à Presidência. Já Mário Couto (PSDB-PA) informou que irá apresentar um projeto que determina a quebra de sigilo bancário de todos ocupantes de mandatos eletivos.

Garibaldi acredita na preservação do acordo que indicou a senadora Marisa Serrano para a presidência e o deputado Luiz Sérgio para a relatoria do colegiado

Garibaldi reúne líderes para decidir instalação da CPI dos Cartões

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, reúne hoje os líderes partidários, às 11h, para discutir, entre outros assuntos, a instalação da comissão parlamentar mista de inquérito que investigará o uso de cartões corporativos pelo governo. Garibaldi disse que acredita na preservação do acordo que indicou a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para a presidência da CPI dos Cartões, com a destinação da relatoria para o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ).

O líder do PT na Câmara, deputado Maurício Rands (PE), contudo, insiste numa troca. Ele quer a presidência para a bancada do governo, ficando a relatoria com as oposições. O deputado ainda deseja continuar conversando com os aliados a fim de convencê-los de que esse é o melhor formato para a CPI. Segundo Rands, “a presidência nas mãos do governo impedirá que a comissão seja desvirtuada e se transforme

num mero palanque da oposição”.

Enquanto isso, no Senado, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que não existe possibilidade de troca. Em sua página na internet, o senador insiste em que a CPI mista comece logo a funcionar, com o cumprimento do acordo que deu a presidência à oposição e a relatoria à base do governo.

– Se roerem a corda, exigirei que seja criada a CPI exclusiva do Senado, já requerida à Mesa – salientou o parlamentar tucano.

O PT já havia indicado o nome do deputado Luiz Sérgio (RJ) para a relatoria, mas, em virtude do acordo com a oposição no Senado, a bancada governista dividiu-se na Câmara.

Na última sexta-feira, o presidente



June Araújo
Garibaldi afirma que não é possível agora “virar a mesa de novo”

do Senado afirmou que, se os líderes não indicarem todos os integrantes da comissão parlamentar mista de inquérito até hoje, ele o fará. E mostrou-se impaciente com a demora desse entendimento, chamando a atenção para o longo tempo em que os líderes da oposição e da situação vêm-se dedicando a essas conversas.

– Não é possível que agora, depois que tudo ficou acertado, se venha virar a mesa de novo. Eles [o PT] estão dizendo que vão insistir na troca da relatoria pela presidência. Agora, é mostrar ao PT que o que se quer é apurar. E já está dando a impressão de que ninguém quer apurar, quer é brigar – observou Garibaldi.

– Não é possível que agora, depois que tudo ficou acertado, se venha virar a mesa de novo. Eles [o PT] estão dizendo que vão insistir na troca da relatoria pela presidência. Agora, é mostrar ao PT que o que se quer é apurar. E já está dando a impressão de que ninguém quer apurar, quer é brigar – observou Garibaldi.

Marisa Serrano começa a montar sua equipe de trabalho

A senadora Marisa Serrano, indicada pelo seu partido para presidir a CPI Mista dos Cartões Corporativos, já começa a montar a sua equipe de trabalho. A comissão terá 90 dias – prazo que poderá ser prorrogado – para investigar o uso abusivo dos cartões corporativos no período que abrange os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Em entrevista concedida ontem à Agência Senado, Marisa Serrano afirmou que, apesar de seu nome ainda não estar confirmado oficial-



Leopoldo Silva
Marisa Serrano aguarda confirmação no cargo

mente para assumir a função, já no início da tarde de ontem teria um encontro com a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, para tratar do assunto.

Cláudia Lyra, por sua vez, disse que informaria à senadora que ela terá a sua disposição um diretor, um secretário e um consultor de Orçamento.

– Ela pode requisitar funcionários do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal e da Controladora Geral da República para subsidiar os trabalhos, além de consultores

de outras áreas temáticas do Senado, conforme sua necessidade – explicou.

A secretária-geral da Mesa lembrou que a CPI dos Cartões Corporativos, embora já tenha sido criada, não foi constituída formalmente. Ela acrescentou que, assim que forem indicados todos os 24 componentes do colegiado, será marcada uma primeira reunião, o que poderá ocorrer em até 48 horas, portanto, ainda nesta semana.

– A reunião é presidida pelo parlamentar – deputado ou senador – de maior idade, para a eleição do presidente, do vice-presidente e ainda para a designação do relator dos trabalhos – concluiu a secretária-geral.

Mão Santa quer liberar cerveja para passageiros de ônibus

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou em Plenário a quantidade de medidas provisórias encaminhadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Segundo argumentou, os ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva estariam sugerindo ao presidente da República – “na intenção de demonstrar competência e resultados” – a edição de um número excessivo de medidas provisórias. Na avaliação do senador, além de reunir propostas inadequadas, as MPs inviabilizam o trabalho do Legislativo.

– Os ministros aloprados, para mostrar serviço, dizem: Luiz Inácio, está aqui uma medida provisória que é boa e vai resolver. E ela aqui entope a Casa – reclamou.

Como exemplo de edição indevida de MPs, Mão Santa referiu-se à de número 415/08, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais. Ele considerou um equívoco o governo federal pretender proibir as pessoas de consumirem cerveja em lata, “para relaxar”, quando viajam de ônibus pelo país.



Monira Mariz
Para Mão Santa, MP que proíbe venda de bebidas é “indevida”



Gerardo Magela
O governo tem dois terços da comissão, destaca Alvaro Dias

Alvaro manifesta descrença em investigações

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou descrença com os resultados a serem obtidos pela CPI mista que vai investigar o uso de cartões corporativos pelo governo. Ele também manifestou contrariedade com a divulgação, pela imprensa, de um possível acordo entre governo e oposição para evitar determinadas investigações.

– Passa a idéia de um acordo espúrio, de um conluio entre governo e oposição. O governo tem dois terços da composição da CPI e aprovará o que bem entender. Não podemos assegurar que o relatório final venha a fazer que a população tenha esperança da prevalência da Justiça – afirmou.

O senador mostrou-se estarecido com a denúncia de que um servidor da Casa Civil da Presidência da República teria usado o cartão corporativo para contratar 20 bailarinas.

– O que ele fez com bailarinas não importa, mas importa muito o que ele fez com o dinheiro público – frisou.

ONGs e Colômbia

Alvaro disse que outra CPI – a que investiga as ações das organizações não governamentais (ONGs) – terá hoje um “momento decisivo” na audiência com o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, e representantes da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à UnB.

O senador ainda criticou o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por ordenar o envio de dez batalhões para a zona de fronteira com a Colômbia, agravando as relações daquele país com o governo equatoriano.



Com a pauta trancada por medidas provisórias, Plenário do Senado não pode votar projetos em defesa do meio ambiente

Plenário examina projetos sobre mudanças climáticas

Na conclusão dos trabalhos de 2007, a Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas apresentou oito projetos de lei encaminhando temas discutidos pelo colegiado. Quatro dessas matérias estão na ordem do dia do Plenário de hoje. Os outros quatro projetos foram remetidos à Câmara dos Deputados. As proposições serão votadas em dois turnos, conforme o artigo 142 do Regimento Comum do Congresso, no Plenário da Casa onde tramitam.

O primeiro projeto que será analisado pelos senadores (PLS 32/08) altera o artigo 10 da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81). A proposta introduz, no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos “com horizonte de operação superior a 25 anos”, critérios relacionados às recomendações e diretrizes do Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas, elaborado pelo governo federal.

Política nacional

Esse plano tem o objetivo de organizar nacionalmente todas as ações referentes a mudanças climáticas e seus desdobramentos sociais, econômicos e ambientais. Ele dota a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de instrumentos capazes de incorporar à sua redação as novas exigências elaboradas pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

O segundo projeto em pauta (PLS 33/08) trata da adequação da legislação brasileira à Redução Certificada de Emissão (RCE). A RCE é uma unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE), correspondente a uma tonelada métrica de dióxido de carbono (CO₂) equivalente.

O Plenário discutirá o projeto que beneficia propriedades rurais que possuam área de preservação ambiental maior que a exigida pelo Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771/65). A matéria (PLS 34/08) cria concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal.

Os senadores começarão a discutir a proposta que viabiliza o acesso dos autoprodutores de energia elétrica ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. O projeto (PLS 35/08) visa permitir que os empreendimentos com potência igual ou inferior a mil quilowatts, bem como aqueles com base em fontes solar e eólica e em biomassa, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30 mil quilowatts, tenham a totalidade dos encargos de conexão ao sistema de distribuição custeados pela concessionária, permissionária ou empresa autorizada de distribuição.

Política de reajuste do mínimo aguarda inclusão

O projeto de lei da Câmara dos Deputados que trata da política de reajuste do salário mínimo aguarda inclusão na ordem do dia do Senado para ser votado em Plenário. A matéria (PLC 42/07) já foi aprovada no Plenário da Câmara e nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, tendo sido enviada pelo Poder Executivo (Mensagem 40/07) ao Congresso como parte do Programa de Aceleração do Crescimento.

Pelo fato de a pauta do Senado estar trancada por medidas provisórias, que precisam ser votadas antes das demais matérias, o governo editou, no dia 29 de fevereiro, uma MP estabelecendo o novo valor do salário mínimo, que passou de R\$ 380 para R\$ 415, o que representa um reajuste de 9,21% (R\$ 35). A MP foi publicada no mesmo dia no *Diário Oficial da União* em edição extra e o novo valor do mínimo começou a vigorar a partir de sábado, 1º de março.

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, havia anunciado que o mínimo deveria ser de R\$ 412,40, observando que poderia haver ainda alguma mudança nesse valor. O novo sistema de majoração do piso leva em conta a variação da inflação do período mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos atrás (2006).

Regras

Os critérios de reajuste, acertados pelo governo com as centrais sindicais, seguem as regras estabelecidas pelo PLC 42/07. Por esse projeto, as alterações do salário mínimo serão antecipadas em um mês por ano entre 2008 e 2011, até que a majoração ocorra em 1º de janeiro. Os reajustes passarão a vigorar, portanto, a partir das seguintes datas: 1º de março de 2008; 1º de fevereiro de 2009; 1º de janeiro de 2010; e 1º de janeiro de 2011.

Os parâmetros para o aumento do piso correspondem à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – calculado e divulgado pelo IBGE –, apurada entre o mês do último reajuste e o mês imediatamente anterior ao reajuste de cada ano. Com o objetivo de preservar o poder aquisitivo do mínimo, será acrescido ainda percentual idêntico ao do crescimento real do PIB ocorrido dois anos antes da data de majoração. Na fórmula anterior, o aumento levava em conta a inflação mais o PIB *per capita*.

O projeto de lei da Câmara estabelece ainda que, até 31 de março de 2011, o Executivo encaminhará ao Congresso projeto que vai tratar da nova política para o salário mínimo no período de 2012 a 2023.

Congresso pode votar Orçamento e vetos

O Congresso Nacional poderá realizar duas sessões conjuntas nesta semana, sendo uma para exame de vetos do presidente da República a projetos aprovados pelo Legislativo e outra para a votação do Orçamento da União. Na sessão que tratará de proposições vetadas pelo Executivo, marcada para quinta-feira, às 9h30, senadores e deputados deverão iniciar a apreciação de 74 itens vetados, referentes a 19 projetos. Os vetos podem ser totais, ou seja, quando o presidente rejeita projeto de lei por inteiro, ou parciais – a exclusão de apenas parte de matérias aprovadas pelo Legislativo. De acordo com a Secretaria Geral da Mesa do Congresso, aguardam exame dos parlamentares 996 partes vetadas, de um total de 159 projetos.

Já a sessão para votar o Orçamento da União, prevista para amanhã, ainda não foi confirmada. A aprovação do texto depende de acordo entre os líderes para pôr fim à polêmica em torno do Anexo de Metas e Prioridades, apontado pela oposição como uma estratégia dos governistas destinada a liberar verbas para emendas individuais de alguns parlamentares. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), e o relator do Orçamento, deputado José Pimentel (PT-CE), negaram qualquer irregularidade na inclusão do anexo, mas admitem a possibilidade de acordo para possibilitar a aprovação da matéria.

Aprovação do texto do Orçamento depende de acordo entre os líderes partidários para encerrar polêmica

.....

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, avalia que, se o Orçamento não for votado, poderá haver uma “enxurrada” de medidas provisórias abrindo créditos extraordinários para execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Garibaldi ressalta que as denúncias da oposição referem-se ao anexo e não ao texto do Orçamento, que, defendeu, poderá ser aprovado pelo Congresso.

CPIs

Hoje, às 11h30, a CPI das ONGs ouve o reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, sobre denúncias de uso de recursos da Finatec na decoração de apartamento funcional usado pelo reitor.

Também foram convocados Antônio Manoel Dias Henriques, afastado do cargo de presidente da fundação, e Gládaniel Palmeira de Carvalho, promotor de Justiça do Distrito Federal.

Em outra oitiva, amanhã, a CPI tomará o depoimento de Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), e Arquimedes Ciloni, atual presidente da entidade. Os depoentes deverão ser questionados sobre a utilização de R\$ 18,5 milhões que a Unitrabalho teria recebido do governo federal. Lorenzetti é amigo do presidente Lula e conhecido como seu churrasqueiro.

Também poderá ocorrer nesta semana a instalação da CPI Mista dos Cartões

Homenagem às vencedoras

O Congresso Nacional realizará sessão solene, no próximo dia 11, a partir das 10h, com o duplo objetivo de comemorar o Dia Internacional da Mulher e agradecer as cinco vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz de 2008, selecionadas entre 75 mulheres indicadas por associações e conselhos que tratam dos direitos humanos, assuntos sociais e da defesa da mulher, da criança e do adolescente.

As vencedoras são a Patrona do Feminismo Brasileiro, a escritora Rose Maria Muraro; a médica e ex-deputada federal Jandira Feghali; a aeromoça e especialista em Antártica Alice Editha Klausz; a presidente da Associação das Parteiras de Jabotão dos Guararapes (PE), Maria dos Prazeres de Souza, e a médica geneticista Mayana Zatz.

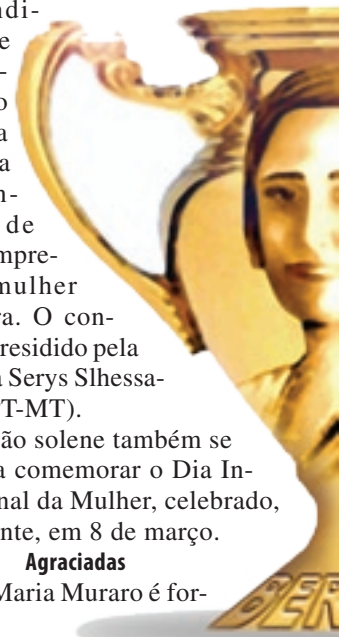
A premiação é coordenada pelo

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que avalia os currículos das candidatas e sua contribuição para a melhoria das condições de vida e emprego da mulher brasileira. O conselho é presidido pela senadora Serys Slhessa-renko (PT-MT).

A sessão solene também se destina a comemorar o Dia Internacional da Mulher, celebrado, anualmente, em 8 de março.

Agraciadas

Rose Maria Muraro é for-



Votar esta semana nos presidenciais

Corporativos. Das 11 vagas de senadores, nove já estão preenchidas: pelo DEM, Demostenes Torres (GO) e Antonio Carlos Júnior (BA); pelo PMDB, Neuto de Conto (SC) e Almeida Lima (SE); representarão o PSDB Marconi Perillo (GO) e Marisa Serrano (MS), que deve presidir a CPI; José Nery (PA) ocupa a vaga do PSOL; e para as três vagas destinadas ao bloco do PT já foram indicadas as senadoras Fátima Cleide (RO) e Serys Slhessarenko (MT), faltando ainda o terceiro nome, além da indicação do PDT.

Comissões

Diversas comissões permanentes da Casa realizam reuniões esta semana. Hoje, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina pauta de 11 itens, entre os quais o PLS 58/06, que estabelece prazo de até 90 dias para a restituição do Imposto de Renda Pessoa Física, contados a partir do último dia fixado para a entrega da declaração de rendimentos. Também estão previstas reuniões das comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), ambas às 11h, e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), às 11h30. Ainda para hoje está agendada reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para tratar da Con-

venção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde. Na ocasião, falará aos senadores o secretário-executivo da Conferência das Partes, Hank Nikogosian.

Amanhã, a CAS deve votar projeto que trata da consolidação da legislação federal sobre saúde (PLS 619/07), de autoria de Tião Viana (PT-AC). Na reunião do colegiado, prevista para as 11h, os senadores deverão examinar também outras dez proposições em pauta. No mesmo dia, reúnem-se as comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), às 8h45, e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h.

Na quinta-feira, serão eleitos o presidente e o vice-presidente da Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na sequência, está prevista audiência pública sobre o tema "A mulher nos espaços de poder". Foram convidadas para o debate as ministras Dilma Rousseff, da Casa Civil, e Nilcéa Freire, de Políticas para Mulheres; Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal; as governadoras Ana Júlia Carepa (Pará), Yeda Crusius (Rio Grande do Sul) e Wilma Farias (Rio Grande do Norte); além da atriz Fernanda Montenegro, da ex-jogadora de basquete Hortência e da cantora Leci Brandão.

Comissão analisa projeto que estabelece prazo de 90 dias para restituição do Imposto de Renda Pessoa Física

.....

do Diploma Mulher-Cidadã

mada em Física pela antiga Universidade do Brasil e, desde jovem, escreveu artigos em jornais e atuou na área editorial. Jandira Feghali é médica. Exerceu dois mandatos de deputada estadual e um de deputada federal, quando atuou na bancada suprapartidária de mulheres parlamentares em defesa da saúde, a favor dos direitos humanos e contra a discriminação da mulher.

Alice Editha Klausz

formou-se no primeiro grupo de aeromoças da Varig, em 1954. Depois de sua aposentadoria, empresta sua experiência profissional como voluntária do Programa Antártico Brasileiro.

Maria dos Prazeres de Souza receberá o Diploma Mulher-Cidadã pelo trabalho que realiza como presidente da Associação das Parteiras de Jaboação dos Guararapes, posto que atingiu depois de ter realizado mais de 5 mil partos, sem nenhum óbito.

Mayana Zatz é professora de Genética Humana e diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP). Além de ser a presidente fundadora da Associação Brasileira de Distrofia Muscular (Abdim), é membro do Projeto Internacional Genoma Humano.

Subcomissão debate prevenção dos males do tabaco

Substituição da cultura

Um dos pontos centrais da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco é a diversificação e a substituição de culturas.

O objetivo é destinar recursos técnicos e financeiros para investir em pesquisas e ações que possam apoiar segmentos sociais dependentes do cultivo do tabaco.

O desenvolvimento de outras formas de subsistência é essencial porque o cenário esperado como resultado desse amplo movimento mundial para o controle do tabaco é de retração da demanda por esses produtos.

Fonte: Instituto Nacional de Câncer (Inca)



A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reúne-se hoje, às 11h, para discutir a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde (OMS), com o secretário-executivo da Conferência das Partes, Haik Nikogosian, que está no Brasil para reunião da OMS.

A convenção-quadro da OMS visa proteger as gerações, tanto presentes como futuras, dos males de caráter sanitário, social, ambiental e econômico gerados pelo consumo do fumo, bem como pela exposição à fumaça do tabaco. O documento pretende servir como referência para medidas de controle a serem implementadas pelas partes, com a finalidade de prevenir a incidência de doenças, incapacidade prematura e mortalidade associadas ao consumo e à exposição à fumaça do tabaco.

A convenção foi adotada pelos países membros da OMS em 21 de maio de 2003. O Brasil assinou a convenção em 16 de junho daquele ano e o Congresso Nacional ratificou o texto do acordo em 27 de outubro de 2005. A reunião da subcomissão ocorrerá na sala 9 da Ala Alexandre Costa, anexo II do Senado.

Audiência sobre compra de terra por estrangeiros

Audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debaterá amanhã, a partir das 10h, a compra de terras brasileiras por parte de grupos estrangeiros em procedimentos que tenham a suposta finalidade de investimento em áreas com potencial de produção de etanol e biodiesel.

A audiência foi solicitada por Renato Casagrande (PSB-ES), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Sibá Machado (PT-AC) para esclarecer supostos investimentos de consórcios visando à produção de biocombustíveis.

Para discutir o assunto, foram convidados os ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; o presidente do Inca, Rolf Hackbart; e o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli. A reunião será na sala 7 da Ala Alexandre Costa, no anexo II do Senado.

Benefício a produtor rural que conserva água

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) examina hoje projeto de Renato Casagrande (PSB-ES) que estabelece retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem em maior disponibilidade de água. Pelo projeto (PLS 142/07), o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos se encarregará de estabelecer que os esforços dos proprietários rurais no sentido de conservar recursos hídricos devem ser levados em consideração na determinação do valor a ser cobrado pelo uso da água.

A CMA ainda examinará requerimento de autoria também de Renato Casagrande para realização de ciclo de debates voltados para a atual realidade do controle de gastos públicos, visando aperfeiçoar o modelo vigente.

Reciprocidade na concessão de prazos de permanência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá analisar, nesta quinta-feira, em reunião prevista para as 10h, projeto de lei do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que modifica a Lei do Estrangeiro (Lei 6.815/80) para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil.

Pela legislação atual, a validade para a utilização de qualquer dos vistos é de 90 dias, contados da data de sua concessão, podendo ser prorrogada pela autoridade consular uma só vez, por igual prazo, cobrando-se as taxas consulares devidas. A proposta do senador (PLS 543/07) determina que se aplique essa exigência "somente a cidadãos de países onde seja verificada a limitação recíproca, para evitar constrangimentos, seja no embarque no exterior, seja na chegada ao Brasil.

Comissão ouve reitor da UnB e presidente da Finatec

A CPI das ONGs reúne-se hoje, a partir das 11h30, para ouvir o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, o presidente da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), Antônio Manoel Dias Henriques, e o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) Gladaniel Palmeira de Carvalho.

O reitor da UnB e Antônio Henriques, afastado do cargo de presidente da Finatec, deverão prestar esclarecimentos sobre denúncias de uso de recursos públicos da fundação, no total de R\$ 470 mil, para mobiliar o apartamento funcional ocupado por Timothy. Já o representante do Ministério Público deverá prestar à CPI informações sobre o inquérito em andamento no MPDFT para apurar as denúncias.

Na última reunião do colegiado, realizada no dia 27 de fevereiro, também foram aprovados requerimentos convocando vários dirigentes de ONGs para depor e explicar como suas entidades têm utilizado os recursos públicos recebidos do governo.

Presidente da Comissão Mista de Orçamento lembra que parlamentares tucanos ajudaram a elaborar o Anexo de Metas e Prioridades, agora contestado

Obstrução do PSDB ao Orçamento é “política”, diz José Maranhão

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), classificou como “inteiramente política” a decisão do PSDB de obstruir a votação em Plenário da proposta orçamentária da União para 2008 caso não seja retirado do relatório final o Anexo de Metas e Prioridades. O senador admite, porém, a possibilidade de se alterar o anexo para facilitar a aprovação do Orçamento, a ser apreciado amanhã em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Para o PSDB, o anexo de R\$ 534 milhões privilegiou emendas de parte das bancadas e de 95 parlamentares. Maranhão reafirmou ontem que a CMO apenas cumpriu uma determinação constitucional ao aprovar a inclusão do anexo. O objetivo, disse, foi



Presidente da CMO admite mudanças no anexo para facilitar aprovação do texto

corrigir falha do Poder Executivo, que encaminhou as propostas sem indicar as ações prioritárias.

– Há uma clara discussão política, já que o PSDB participou da constituição do anexo.

Quanto às condições impostas pelo DEM para apoiar a votação,

José Maranhão avaliou haver proposições “pertinentes” – como a redução do uso de medidas provisórias pelo governo –, mas fez uma autocritica do Congresso, que deixa de decidir sobre temas de sua alçada, como reforma tributária e regras eleitorais. O item que pede mais equilíbrio na execução de emendas parlamentares deve, segundo Maranhão, integrar o debate sobre Orçamento impositivo, defendido pelo senador.

Maranhão criticou, no entanto, a proposta de reajuste salarial para diversas categorias de servidores, alegando que esse corte foi feito para compensar as perdas de arrecadação decorrentes do fim da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em janeiro.

Para Adelmir, falta de qualificação coloca desenvolvimento em risco

Adelmir Santana (DEM-DF) alertou ontem em Plenário para os dados do Ministério do Trabalho e Emprego segundo os quais apenas 907 mil de quase dois milhões de vagas abertas no mercado de trabalho foram preenchidas em 2007, em razão da baixa qualificação dos trabalhadores. Para o senador, o fato coloca em risco o desenvolvimento do país.

Adelmir citou, por exemplo, que apenas 11% das vagas para motoristas de caminhão foram preenchidas. A saída, apontou, é investir na educação de crianças e jovens. Ele lembrou que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), 11,6% dos brasileiros são analfabetos (cerca de 16 milhões). Dos jovens entre 18 e 29 anos (cerca de 34 milhões), 21,8% não concluíram o ensino fundamental.

– Essa é uma dívida social imensa que temos com a nossa população – lamentou.

O senador afirmou que as atividades do chamado “Sistema S” – Sesc, Senac, Senai, Senat e Senar – contribuem para melhorar a educação brasileira.

– Há mais de 60 anos o Sistema S assumiu o lugar do governo para propiciar aos jovens e adultos a realização pessoal e profissional.



Segundo Adelmir Santana, Sistema S “assumiu o lugar do governo”

Em 2007, disse, apenas no Distrito Federal foram matriculados 4 mil alunos em 20 cursos de nível técnico, graças a convênios firmados com o governo local. Em apertes, Paulo Paim (PT-RS) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), ex-alunos do Senai, elogiaram o pronunciamento.

Osmar Dias duvida de eficácia da reforma tributária

Osmar Dias (PDT-PR) apontou a guerra fiscal como responsável pela demissão de 1.800 trabalhadores do pólo de confecções de Maringá e Cianorte, no Paraná, e advertiu: a reforma tributária proposta pelo governo federal ataca timidamente o problema.

Segundo ele, as vagas migraram para os estados de Mato



Guerra fiscal, que provocou demissões no Paraná, não acabará, diz Osmar Dias

Grosso do Sul e Mato Grosso, que estariam atraindo as indústrias com benefícios fiscais inexistentes no Paraná. Para combater a guerra fiscal, o go-

verno propõe a unificação das atuais 27 alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No entanto, salientou Osmar Dias, a implantação seria gradual.

O senador condenou o “massacre” dos estados de menor poder econômico. Ele lembrou que a Constituição de 1988 garantiu aos estados consumidores de energia elétrica a arrecadação do ICMS cobrado na operação. Só o Paraná perderia anualmente, segundo ele, cerca de R\$ 600 milhões, que vão para Rio de Janeiro e São Paulo.

Paim critica fechamento de escolas públicas no Rio Grande do Sul

A possibilidade de fechamento, pelo governo estadual, de 105 escolas públicas no Rio Grande do Sul, foi levantada por Paulo Paim (PT-RS). O senador recebeu em seu gabinete a visita de professores, alunos e servidores das instituições de ensino ameaçadas de extinção. De acordo com o senador, o governo estadual justifica o fechamento com dados do Censo Escolar de 2007, que teria contabilizado a redução de 400 mil alunos na rede pública.

Paim fez um apelo à governadora Yeda Crusius para que reconsidere sua decisão “e busque uma forma de evitar que os alunos sejam destinados a estudar em escolas a quilômetros de distância de suas moradias”.



Paim faz apelo a Yeda Crusius para que busque outra solução para o problema

O senador também comentou que, em 2004, foram aplicados R\$ 4,7 bilhões em ações sociais pelo setor empresarial, evidenciando o desenvolvimento da cultura de responsabilidade social entre as empresas brasileiras.

Maciel anuncia homenagens a dom Helder Câmara em 2009

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lembrou que em fevereiro de 2009 será comemorado o centenário de nascimento de dom Helder Câmara. Falecido em agosto de 1999, dom Helder foi um dos fundadores da Legião Cearense do Trabalho e arcebispo emérito de Olinda e Recife por mais de 20 anos.

De acordo com o senador, as comemorações serão iniciadas com o seminário “O século dom Helder: cristianismo e construção da cidadania no Brasil, ontem e hoje”, a ser promovido pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).



Maciel lembra que no próximo ano será o centenário de nascimento do bispo

A preocupação de dom Helder com questões sociais, acrescentou Marco Maciel, sempre foi uma constante em sua vida.

Novo salário mínimo equivale a US\$ 245, comemora João Pedro

João Pedro (PT-AM) ressaltou o papel dos sindicalistas e do Congresso na conquista do salário mínimo de R\$ 415 – equivalente a US\$ 245 –, em vigor desde sábado, 1º de março. O parlamentar lembrou que a meta do governo Lula era fazer o mínimo equivaler a US\$ 100.

– O governo tem tido muita sensibilidade para com as reivindicações dos trabalhadores.

Para João Pedro, o poder de compra dos 50 milhões de brasileiros que vivem do mínimo ainda precisa melhorar, mas o atual patamar é um avanço significativo. Paulo Paim (PT-RS) e Mário Couto (PSDB-PA) defenderam aumentos também para os bene-



Na opinião de João Pedro, governo é sensível a reivindicações trabalhistas

fícios do INSS. João Pedro salientou a luta de Paim, que fez greve de fome pelo aumento do mínimo – na época valendo US\$ 60. O protesto resultou no pagamento de um abono de emergência.

Em pronunciamentos sobre o impasse entre Colômbia, Equador e Venezuela, senadores sugerem solução diplomática para evitar enfrentamento armado

Sarney critica postura ofensiva da Venezuela

Fotos: Geraldo Magalhães



“A solução da força nunca leva a bons resultados”, afirma Sarney

O senador José Sarney (PMDB-AP) criticou ontem, da tribuna, a postura ofensiva do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na crise diplomática gerada pela morte de Raúl Reyes, líder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), em operação do governo colombiano na fronteira com o Equador, na madrugada do último sábado.

Chávez acusou o presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, de “criminoso” e enviou tropas à fron-

teira da Venezuela com aquele país, sob a ameaça de deflagração de guerra.

Sarney observou que há tempos vem se manifestando sobre as negociações da Venezuela junto a países como a Rússia, para se tornar uma potência militar na América do Sul.

– Quando Chávez tomou a decisão de usar os recursos da Venezuela para tornar o país uma potência militar, eu disse que seria um perigo. A sedução da força

nunca leva a bons resultados.

Armamento

De acordo com Sarney, que citou informações da imprensa, Hugo Chávez investiu nos últimos anos cerca de US\$ 7,1 bilhões em pistolas, radares de defesa aérea, helicópteros, caças, barcos, submarinos e munição e outros produtos. O presidente venezuelano também teria adquirido o direito de produção de diversas armas.

– Somos um continente pacífi-

co. Que necessidade tem um país de armar-se dessa forma? Contra quem? É uma ameaça à estabilidade do nosso continente.

O senador conclamou o governo brasileiro a assumir seu papel de pilar da defesa da paz na América do Sul.

– Não temos essa tradição do apelo às armas para solucionar nossos conflitos. Temos que nos unir e dizer que não podemos admitir que esse tipo de sentimento exista no continente.

Agripino: posição do Brasil no conflito deve ser de cautela

O líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), sugeriu que o Brasil recorra à Organização dos Estados Americanos (OEA) para mediar o conflito entre Colômbia, Equador e Venezuela, deflagrado depois que tropas colombianas mataram, na fronteira com o Equador, um dos dirigentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Raúl Reyes.

Para o senador, a posição do Brasil no conflito deve ser de total cautela, sem se mostrar favorável antecipadamente a qualquer dos lados.

– Não quero aqui discutir se houve ou não invasão do território equatoriano por forças colombianas. Os presidentes Hugo Chávez (Venezuela) e Rafael Correa (Equador) agiram de forma inusitada. A virulência da reação de Chávez é preocupante.

CPI dos Cartões

No mesmo discurso, Agripino afirmou que seu partido não aceita a pressão de alguns líderes do PT da Câmara dos Deputados que agora reivindicam a presidência, e não mais a relatoria, da CPI Mista dos Cartões Corporativos.



Agripino sugere que Brasil peça à OEA que medeie o impasse

Fátima Cleide pede apoio do Senado às gestões do governo

“Dêem uma chance à paz, sem ela, a vida se esvai.” Com essa citação, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu, em discurso, que os senadores auxiliem o governo brasileiro a encontrar uma solução para o conflito armado que está se anunciando entre Venezuela, Equador e Colômbia.

Ao afirmar que um conflito armado na região amazônica é uma “insanidade sem fim”, Fátima Cleide recomendou que a população civil e a própria floresta sejam protegidas. Ela lembrou que a Amazônia “é ocupada por milhões de pessoas espalhadas em aldeias, que serão dizimadas em ações militares caso avancem as promessas que estão se delimitando”.

– Sejam quais forem as razões que movem as forças dos países envolvidos, a utilização da solução armada é certamente a mais retrógrada.

Pesar

Fátima Cleide também lamentou a morte do padre José Simionato – ocorrida em Rondônia no último dia 27 –, a quem classificou de “atuante defensor dos fracos e realmente oprimidos”.



Fátima Cleide adverte para riscos à população da região amazônica

Governo defende saída negociada, diz Sibá Machado

Ao comentar em Plenário a crise envolvendo Colômbia, Equador, o vice-líder do PT Sibá Machado (AC) lembrou que o governo brasileiro defende intransigentemente a soberania de todos os países.

O senador anunciou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após conversas pelo telefone com os presidentes da Colômbia e do Equador, e apoiado pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, concordou que a Organização dos Estados Americanos (OEA) deve se reunir para encontrar uma saída negociada.

Congresso deve colaborar no caso, afirma Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, defendeu, em entrevista, a intermediação da Organização dos Estados Americanos (OEA) na busca de uma solução para o conflito. O senador afirmou que o Congresso Nacional deve acompanhar o impasse atentamente, e, se for o caso, colaborar para que a OEA possa participar no sentido de que se implante a paz.

Garibaldi disse confiar que, com essa colaboração, o risco de guerra no continente seja contornado. Ele ressaltou que o Brasil também vem atuando como intermediador para evitar um conflito e seu eventual alastramento.

Valter: represália não pode ser maior que o incidente

Para Valter Pereira (PMDB-MS), se militares da Colômbia realmente invadiram território equatoriano para atacar as Farc, trata-se de uma transgressão ao direito internacional. Assim, os protestos do Equador seriam “precedentes e legítimos”.

O senador também ressaltou o sofrimento da população colombiana com a “truculência perpetrada pelos narcoguerrilheiros”, lembrando as centenas de reféns mantidos na selva, há anos, pelas Farc. Na sua opinião, é necessário investigar se o exército colombiano ultrapassou a fronteira com o Equador acidentalmente “ou se tinha instruções para isso”.

– Em qualquer circunstância, a represália não pode ser maior do que o incidente e qualquer reparação tem de vir pela via diplomática – sustentou, acrescentando que Lula deve ter papel destacado nas negociações.

Valter Pereira afirmou ainda que a postura do presidente venezuelano, Hugo Chávez, diante do impasse coloca em risco toda a América do Sul. Em aparte, João Pedro (PT-AM) elogiou o pronunciamento.



Valter Pereira resalta sofrimento dos colombianos com ação do narcotráfico

Heráclito espera que prevaleça bom senso para acabar impasse

Lembrando que “a paz é o grande tesouro” do continente latino-americano, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), elogiou da tribuna a “maneira equilibrada” com que o governo brasileiro está tratando o caso.

O senador disse que a CRE poderá se reunir extraordinariamente ainda nesta semana para apoiar as iniciativas do governo brasileiro voltadas para a busca da paz. Ele louvou a decisão da OEA de reunir hoje o seu Conselho Permanente e condenou os que querem fazer valer seus pontos de vista através da força.

– É inaceitável o cativo de seqüestrados mantido pelas Farc e a prática de guerrilha, mas no momento nos cabe apenas a tarefa de torcer para que o bom senso impere e que a paz retorne. É descabido o envolvimento da Venezuela na questão, que deve se limitar ao Equador e à Colômbia – afirmou Heráclito. Em aparte, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apontou a falta de habilidade de Chávez, por intervir num conflito de dois outros países.



Heráclito elogia a maneira equilibrada do governo brasileiro ao tratar da questão

Senadores defendem criação do Ministério da Amazônia, que se responsabilizaria por buscar o desenvolvimento e a exploração adequados da floresta e de seus recursos



José Cruz

Mesquita: “Ainda bem que o príncipe Charles se preocupa com quem mora na Floresta Amazônica, porque no Brasil poucos têm essa preocupação”

Mesquita cobra projeto para salvar a floresta

Ao registrar a realização, no final de abril, em Londres, de um seminário promovido pelo príncipe Charles para debater a preservação da Floresta Amazônica, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentou que o tema “não esteja empolgando a sociedade brasileira e nem o próprio Senado”.

Para o seminário foram convidados 30 brasileiros, que representarão o governo, os partidos e a sociedade.

– O príncipe Charles quer debater ações internacionais destinadas a melhorar a qualidade de vida de quem mora na floresta. Seu entendimento é o de que eles são fundamentais na preservação da mata. Ainda bem que o herdeiro do trono inglês se preocupa com a qualidade de vida de quem mora na Floresta Amazônica, porque no Brasil poucos têm essa preocupação – afirmou.

Mesquita Júnior lembrou projeto de

Valdir Raupp (PMDB-RO) que autoriza o Poder Executivo a criar o Ministério da Amazônia (PLS 264/05).

Na sua avaliação, a criação desse ministério nunca foi tão oportuna e necessária, pois seria possível concentrar instituições e ações na execução de um projeto nacional para a Amazônia, que constituiria a primeira e principal tarefa do pretendido ministério.

– Além da presença permanente da Polícia Federal, importante mesmo para a Amazônia é ser ocupada por batalhões de técnicos, pesquisadores e cientistas nacionais, movidos e estimulados pela vontade política de promovermos um grande inventário e um amplo zoneamento econômico-ecológico – argumentou.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) informou, em aparte, que é um dos convidados para debater sobre a Amazônia em Londres.



Geraldo Mesquita

Seria preciso complementar repressão ao desmatamento com alternativas produtivas, afirma Raupp

Raupp teme aumento dos conflitos na região Norte

Preocupado com as notícias sobre a “Operação Arco de Fogo”, deflagrada pela Polícia Federal para reprimir o desmatamento ilegal, Valdir Raupp (PMDB-RO) disse temer a possibilidade de potencialização dos conflitos na região Norte. Segundo o senador, esses conflitos têm raízes profundas e complexas e seria preciso complementar a repressão com medidas que visem eliminar as suas causas.

– Se quisermos efetivamente acabar com a exploração ilegal de madeira e o desmatamento na Amazônia, temos de enfrentar isso de forma positiva, atuando em longo prazo, oferecendo alternativas produtivas aos amazônidas, de modo que não precisem buscar na ilegalidade seu meio de subsistência. Só repressão não vai resolver o problema – assinalou.

Raupp disse não acreditar que a operação, mesmo plenamente bem-sucedida,

será capaz de acabar com a exploração ilegal de madeira, “pois esse tipo de intervenção é circunstancial”. Ele frisou que é preciso desenvolver um projeto para a região que envolva a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o Inbra, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para, por meio de incentivos aos produtores, garantir a meta de desmatamento zero ao mesmo tempo em que se aumenta a capacidade produtiva da região.

O senador defendeu proposta de sua autoria de criação do Ministério da Amazônia, e anunciou que, nos próximos dias, vai encontrar-se com os ministros Marina Silva, do Meio Ambiente; Dilma Rousseff, da Casa Civil; e da Justiça, Tasso Genro, para discutir a definição de uma política de desmatamento com representantes dos produtores rurais de Rondônia.



Leopoldo Silva

Projeto de Sibá receberá, na Comissão de Meio Ambiente, decisão terminativa

Sibá propõe divulgação obrigatória da emissão de poluentes por veículos

Tramita na Comissão de Meio Ambiente (CMA) projeto de Sibá Machado (PT-AC) que torna obrigatória a divulgação, ao consumidor, da composição e da quantidade de poluentes emitidos pelos veículos comercializados no país (PLS 15/08).

O senador defende que, com essas informações, o consumidor poderá escolher de forma consciente o veículo mais eficiente e

de menor potencial poluidor.

A matéria, relatada por Gilberto Goellner (DEM-MT), altera a Lei 8.723/93, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores. Essa lei já impõe aos fabricantes de veículos a obrigação de divulgar aos concessionários e distribuidores as especificações e informações técnicas necessárias ao diagnóstico e regulagem do motor,

seus componentes principais e sistemas de controle de emissão de poluentes. Estabelece também que os fabricantes de veículos automotores são obrigados a divulgar aos consumidores as especificações de uso, segurança e manutenção dos veículos em circulação.

A proposta de Sibá acrescenta a essas obrigações a de divulgar aos consumidores as informações re-

lativas à composição qualitativa e quantitativa das emissões veiculares. E acrescenta dispositivo para explicitar que as concessionárias devem manter disponível ficha técnica, para consulta pelos consumidores, com as informações sobre a composição e a quantidade dos poluentes emitidos pelos veículos comercializados.

O projeto receberá decisão terminativa na CMA.